

Republicação: alteração público alvo

Comunicado

A ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA comunica a abertura de vagas para o **1º Núcleo de Estudos Poder Judiciário: Orçamento, Gestão e Políticas Públicas**, sob a coordenação do Desembargador Eurípedes Gomes Faim Filho e do Juiz José Maurício Conti.

PÚBLICO ALVO:

O Núcleo destina-se **exclusivamente para Magistrados**.

VAGAS OFERECIDAS:

30 (trinta) vagas na modalidade presencial
Ilimitado para magistrados que residam fora da capital

INSCRIÇÕES:

Período de inscrição: **de 04 de dezembro de 2018 a 20 de fevereiro de 2019** .

Para se inscrever os interessados deverão:

1. Acessar o *menu* "Inscrições" no *site* da EPM, preencher o campo CPF e escolher o curso pretendido;
2. Na sequência preencher *login e senha* do correio eletrônico e seguir as instruções indicadas nas telas;
3. Após o envio da ficha de inscrição, será automaticamente remetido *e-mail* confirmando a inscrição.
4. Não será necessário efetuar a matrícula

A lista com os nomes dos Magistrados que participarão do "1º Núcleo de Estudos Poder Judiciário: Orçamento, Gestão e Políticas Públicas" será publicada no Diário de Justiça Eletrônico no dia 22 de fevereiro de 2019.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A inscrição do interessado importará conhecimento de todas as instruções, tais como se acham estabelecidas neste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
2. Os matriculados na modalidade à distância deverão aguardar o login e senha de acesso às aulas, que serão enviados para o e-mail informado na ficha de inscrição até o dia 22/02/2019.
3. Também em relação ao envio de login e senha de acesso às aulas, os matriculados na modalidade à distância deverão observar que o assunto do e-mail remetente será, salvo alteração posterior à publicação deste edital, o seguinte: Bro@needs & NucleoMedi@ - 1NED Poder Judiciário: Orçamento, Gestão e Políticas Públicas – Dados de Acesso.
4. Os matriculados receberão 02 (duas) senhas:

Senha de acesso à aula on-line, que, caso necessário, poderá ser recuperada no ícone "esqueci minha senha", localizado dentro da própria tela de transmissão. A senha será novamente encaminhada ao seu e-mail de contato (login).

Senha de acesso à "sala de alunos" (não pode ser usada para acesso ao vídeo).

5. Os inscritos na modalidade a distância desde já ficam cientes de que não será computada frequência para aqueles que acessarem o curso através de smartphones e/ou tablets, bem como daqueles que não acessarem a aula integralmente em até 48 horas do início da transmissão.
6. Os inscritos na modalidade presencial desde já ficam cientes de que será computada frequência apenas com a assinatura na lista de presença.

PROGRAMAÇÃO:

Reuniões: toda terceira quarta-feira do mês. Em caso de feriado a reunião será feita na quarta-feira seguinte.

Período: 27/02/2019 a 18/12/2019.

Horário: das 09h00 às 12h00.

Local: Escola Paulista da Magistratura – sala: 17.

Datas previstas:

27 de fevereiro de 2019
18 de março de 2019
27 de março de 2019
24 de abril de 2019
15 de maio de 2019
19 de junho de 2019
21 de agosto de 2019
18 de setembro de 2019
16 de outubro de 2019
27 de novembro de 2019
18 de dezembro de 2019

OBJETIVOS

Promover um estudo aprofundado sobre a administração do Poder Judiciário, com foco mais destacado nos aspectos jurídicos, abrangendo principalmente as questões orçamentárias, bem como as relativas à gestão do setor público. Pretende-se também analisar a participação do Poder Judiciário nas políticas públicas em que se tem observado sua maior interferência em face da crescente procura do Judiciário para tratar deste assunto, o que alguns chamam de ativismo judicial. A cada vez mais intensa atuação do Poder Judiciário nas políticas públicas, bem como, sua participação crescente nas diversas questões sociais, aliado ao aumento da demanda por seus serviços, estão a exigir maior eficiência administrativa. Torna-se necessário analisar essas questões, com vistas a buscar formas de melhorar e aperfeiçoar a atuação deste Poder, evidenciando a importância de se criar um núcleo que esteja voltada a abordar esses temas.

METODOLOGIA

O núcleo terá reuniões periódicas, tanto presenciais quanto à distância. Para essas reuniões serão convidados professores de renome para fazer uma exposição prévia do tema em debate. Em seguida o grupo fará os debates, sem prejuízo da sua ocorrência já durante a exposição, a critério do professor expositor. O professor expositor fornecerá ou indicará textos para leitura que serão disponibilizados com pelo menos uma semana de antecedência aos membros do núcleo, que se comprometerão com sua leitura e estudo prévios. Os membros também poderão compartilhar material com o grupo encaminhando aos coordenadores que farão a distribuição aos demais membros do núcleo. Os coordenadores farão a direção e organização do núcleo zelando pelo cumprimento das metas, prazos e seleção de textos (doutrina e jurisprudência) que serão utilizados nos debates. Os temas propostos poderão ser alterados a critério dos coordenadores conforme a necessidade do núcleo, mantendo-se assim a sua dinamicidade e atualidade. Eles também cuidarão da produção científica dos membros do grupo que será encaminhada à EPM para análise e possível publicação.

TEMAS DAS REUNIÕES

1. Políticas públicas e o Poder Judiciário: saúde.
2. Políticas públicas e o Poder Judiciário: segurança pública.
3. Políticas públicas e o Poder Judiciário: administração penitenciária
4. Políticas públicas e o Poder Judiciário: proteção à criança e ao adolescente.
5. Políticas públicas e o Poder Judiciário: moradia e outros direitos sociais.
6. Políticas públicas e o Poder Judiciário: educação.
7. Planejamento governamental e o Poder Judiciário. Planejamento estratégico do Poder Judiciário.
8. Receitas públicas e o Poder Judiciário. Custas judiciais. Vinculações de receita para o Poder Judiciário. Fundos de despesa do Poder Judiciário.
9. Orçamento e autonomia financeira do Poder Judiciário.
10. Fiscalização financeira e orçamentária e o Poder Judiciário. Controle interno, controle externo, controle social e a atuação do Conselho Nacional de Justiça.
11. Requisitórios e precatórios judiciais.